

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Ofício nº 624/2020 - AJ

São José (SC), 09 de abril de 2020.

AO ILUSTRE PREGOEIRO E COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD/MG, RESPONSÁVEL PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23005.002969/2018-16.

LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, já qualificada junto ao Edital de Pregão em epígrafe, por seus procuradores que ao final subscrevem, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso apresentado por PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, no certame, nos termos do que a seguir passa a expor:

I - DOS FATOS

1. Trata-se de processo licitatório que se dá sob a modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço GLOBAL, e tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação dos serviços de continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital nº 45/2019 e seus anexos.

2. A abertura da sessão ocorreu dia 25/03/2020, sendo que, passadas todas as fases do certame, a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, ora Recorrida, apresentou menor preço, restando legítima vencedora.

3. Aberto o prazo para o registro de intenção de recurso, a empresa PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, ora Recorrente, apresentou intenção de recurso quanto à aceitação da proposta, planilha e documentos de habilitação da empresa vencedora. Vejamos a motivação descrita em Ata:

Motivo Intenção: Manifestamos intenção de recurso frente a proposta de preços, planilhas e documentos de habilitação da licitante declarada vencedora, pelo descumprimento da legislação trabalhista e da legislação de regência, apresentando erros na planilha de preços e formação de custos, conforme restará demonstrado e fundamentado em nossa peça recursal.

4. A Recorrente motivou sua manifestação com base no entendimento de que a proposta de preços, planilha e documentação de habilitação apresentada pela Recorrida está em desconformidade com legislação.

5. Ocorre que os argumentos expostos pela empresa Recorrente não devem prosperar, e em razão disto, visando extirpar toda e qualquer dúvida quanto à lisura da decisão colocada em xeque, é que a empresa Recorrida, legítima vencedora do presente processo licitatório, ataca os pontos tidos como controvertidos para ao final requerer pela manutenção da decisão desta Ilustre Pregoeira.

II - DOS FUNDAMENTOS DAS CONTRARRAZÕES

6. Esta contrarrazão em recurso administrativo encontra fundamento na Lei nº. 10.520/02, bem como na Lei nº. 8.666/93.

7. Ademais, estabelece o Instrumento Convocatório diretrizes para apresentação de recursos e contrarrazões, os quais a Recorrida confere total atendimento.

II – DO MÉRITO

II.1 – DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO

8. Como exposto nas razões de seu recurso, aduz a Recorrente que a empresa Recorrida teria apresentado sua proposta de preços, planilha de custos e documentos de habilitação em desconformidade com o edital e com a legislação.

9. Requer ainda, que a Administração realize a revisão do ato que declarou vencedora do certame a empresa Recorrida, pelos EVENTUAIS erros contidos na proposta de preços, planilha de formação de custos e documentação de habilitação.

10. Preliminarmente, é de suma importância afirmar que todos os percentuais apresentados pela Recorrida foram cotados conforme Edital e legislação pertinente, sendo inclusive esclarecidas todas as possíveis dúvidas por meio de diligências junto ao Senhor Pregoeiro.

11. Pois bem! A Recorrente fundamenta seu recurso alegando que a empresa Recorrida não consignou na planilha de formação de preços, os percentuais que serão retidos na conta-vinculada, bloqueada para movimentação.

12. Ocorre que é possível extrair do Caderno Técnico contido no site a seguinte explicação: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/caderno_logistica_conta_vinculada-FINAL---01-03-2018.pdf

A nominada Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação afigura-se como um instituto muito eficaz na prevenção de possíveis inadimplências/inobservâncias dos pagamentos das verbas trabalhistas, previdenciárias e de multas sobre o saldo do FGTS, por parte da empresa contratada pela Administração, haja vista que nesta conta são provisionados, ao longo da execução contratual, os valores para o pagamento de férias, adicional de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias (multas do FGTS) dos trabalhadores da contratada pela Administração, os quais serão liberados quando da sua ocorrência.

[...] é um instrumento de gestão e gerenciamento de riscos para as contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra pela Administração Pública [...] na garantia de existência de saldo financeiro para fazer frente aos encargos trabalhistas devidos aos funcionários contratados pelas empresas terceirizadas para a prestação de serviços em órgãos e entidades.

O saldo remanescente da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, quando do encerramento do contrato, será liberado à empresa na presença do sindicato da categoria correspondente, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

13. Ou seja, a planilha de formação de custos apresentada pela Recorrida, refletiu exatamente os custos previstos para a referida contratação, inclusive o custos financeiros pela retenção dos valores destinados pagamento de férias, adicional de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias (multas do FGTS) dos trabalhadores na conta vinculada, bloqueada para movimentação.

14. Vamos as alegações infundadas da Recorrente:

1 – INCONSISTÊNCIAS NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS;

Analisando o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 05/2017 extraímos os seguintes percentuais:

- 13 (décimo terceiro) salário = 8,33%
- Férias e 1/3 Constitucional = 12,10%
- Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado = 5,00% (cinco por cento) (OBS: Reduzida de 5,00% para 4,00% devido em 11 de dezembro de 2019, foi publicada a Lei nº 13.932, que extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa)
- Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13 (décimo terceiro) salário

I.1 - SUBMÓDULO 2.1 – 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS

O percentual para as Férias e Adicional de Férias não foi provisionado corretamente, o qual deveria ser no mínimo de 12,10%, conforme a IN SEGES/MPDG Nº. 05/2017.

Claro que a planilha que consta no edital é um modelo que pode ser adaptada pelos licitantes na forma que mais lhe for interessante, porém todos as rubricas que constam da IN SEGES/MPDG Nº. 5/2017 devem constar na planilha de formação de preços a ser apresentada no certame.

As regras definidas no edital deverão abranger todos os licitantes de maneira isonômica, sem qualquer exceção.

Certo é que o preenchimento da planilha deve refletir o efetivo encargo financeiro que decorre dos componentes de custos que oneram a execução do serviço, de modo a tornar factível a análise de aceitabilidade/exequibilidade da proposta pelo pregoeiro

15. Ocorre que os argumentos trazidos à baila pela empresa Recorrente estão totalmente ausentes de fundamentação jurídica, pois não condizem com a verdade dos fatos.

16. O próprio Recorrente já afirma que “o preenchimento da planilha deve refletir o efetivo encargo financeiro que decorre dos componentes de custos que oneram a execução do serviço”:

“Ocorre que determinados componentes de custos formadores do preço têm seus valores definidos por lei ou instrumento normativo, de modo que, a rigor, não variam de empresa para empresa (a exemplo do percentual de INSS e FGTS)”.

17. Todos os custos definidos por lei, foram devidamente consignados na planilha de formação de preços.

18. Em que pese o percentual das férias, o próprio Recorrente esclarece que o custo real é de 1/12 avos, ou seja, exatamente o percentual apresentado na planilha de formação de preços.

19. Portanto, esta Recorrida respeita o que determina o ANEXO VII-D nota 2 do submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias e a Nota 1: “Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)”

20. O abono de férias também foi cotado respeitando o que determinada a legislação, ou seja, o custo real é de 1/12/3 avos.

21. Como ficou demonstrado pela Recorrida, a planilha de custo seguiu o que determina a INSEGES/MPDG Nº. 05/2017, ou seja, 11,11% das férias e adicional de férias, e informa que os percentuais que serão retidos para fins de pagamento dos valores destinados ao pagamento de férias, adicional de férias, 13º (décimo terceiro) na conta vinculada, bloqueada para movimentação será de 12,10%.

22. Importante ressaltar ainda, que ao final do contrato de execução dos serviços, comprovando o pagamento de

todos os encargos rescisórios, os valores serão liberados para a contratada.

23. Ou seja, os valores retidos tratam-se de RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS.

24. Conclui-se que a Recorrente sequer analisou a planilha de custos e formação de preços apresentado pela Recorrida, pois no item referente a incidência do FGTS foi incluído o seguinte texto: "incluso no item anterior, conforme mem. Cálculo". Isto porque a referida incidência foi incluída na base de cálculo do aviso prévio indenizado, conforme modelo disponibilizado.

25. No que se refere a Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado, mais uma vez a recorrente confunde a planilha de formação de custo, que deve refletir dos custos previstos para contratação, com os valores que serão retidos na conta vinculada.

26. Os valores consignados na planilha, tiveram como base o modelo disponibilizado, bem como os dados reais da empresa, que comprovou, através da apresentação do CAGED que apenas 52,51% dos colaboradores são demitidos, o restante são desligados por outros motivos.

27. A retenção dos valores destinados as multas do FGTS dos trabalhadores na conta vinculada, bloqueada para movimentação tem o objetivo de resguardar 100% dos colaboradores vinculados ao contrato.

28. Em que pese a incidência do aviso prévio trabalhado, cumpre informar que o cálculo adotado por esta Recorrida teve como parâmetro o modelo disponibilizado para formação do preço, bem como, utilizou-se dos dados efetivamente comprovados pela empresa, conforme já esclarecido na resposta das diligências, a saber:

Cálculo é o seguinte:

$$\{ [(\text{Remuneração} + \text{Módulo 2}) \div \text{nº meses} \times \% \text{ Por tipo de desligamento (COM justa causa) - APT}] - (\text{Módulo 2.1} \times \text{Redução da Proporção de desligamento COM justa causa}) \}$$
$$[(A \div B) \times D] - (F \times G)$$

Onde:

APT = Aviso Prévio Trabalhado

A = compõe o Custo Mensal de Referência Aviso Prévio Trabalhado (APT): Remuneração + Módulo 2

B = nº meses

C = Provisionamento mensal = $A \div B$

D = % Por tipo de desligamento (SEM justa causa) - APT (Aviso Prévio Trabalhado)

E = Valor total do APT (Sem justa causa) = $C \times D$

F = Base de cálculo para desconto por demissão COM justa causa = Módulo 2.1

G = Redução da Proporção de desligamento COM justa causa

H = Valor do desconto para desligamento COM justa causa = $F \times G$

I = Valor Líquido do APT (Aviso Prévio Trabalhado) = $E - H$

29. Ocorre que assim como a Liderança, os demais licitantes também tem o conhecimento de que não há custo com substituição de férias no 1º ano do contrato. A lógica é simples, o colaborador trabalha 12 meses para passar a ter direito a férias. Hora, se a vigência do contrato é por 12 meses, e já está considerando o custo com a indenização das férias no item 2.1 da planilha, ou seja, o colaborador irá laborar durante toda a vigência do contrato. Como podemos considerar o custo com a reposição de férias?

30. É certo de que qualquer valor previsto para substituição de férias no primeiro ano do contrato automaticamente seria convertido em lucro para a empresa prestadora dos serviços, o que não seria a opção mais adequada, pois onera de forma indevida a Administração.

31. Ademais, o Tribunal de Contas da União compreende possível permitir que a empresa ofertante da melhor proposta possa corrigir a planilha apresentada durante o certame. No entanto, essa possibilidade não pode resultar em aumento do valor total já registrado que serviu de parâmetro comparativo entre os participantes.

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário).

32. E ainda, a Administração ao estabelecer os critérios e exigências do edital, vincula-se as regras ali estabelecidas.

33. Neste sentido, sabe-se que o processo licitatório constitui procedimento no qual a Administração Pública visa a seleção da proposta mais vantajosa para o contrato de interesse público, desenvolvendo-se através de sucessões ordenadas de atos vinculantes para Administração e para os Licitantes interessados, consolidando os princípios constitucionais inerentes a Administração Pública, PROPICIANDO IGUALDADE DE TRATAMENTO E OPORTUNIDADE A TODOS OS INTERESSADOS, tendo como orientador destes procedimentos o instrumento convocatório e legislações pertinentes, garantindo assim observância ao princípio da moralidade e da legalidade.

35. Bem por isso, dispõe o art. 4º do Decreto Federal 3.555/2000 que regulamenta o pregão:

Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

36. Extraí-se da norma supracitada que a modalidade de licitação do tipo pregão foi concebida ante a necessidade

de ampliação da competitividade, bem como à necessidade de ordenar não só valores harmônicos com o interesse público como, também, DE AFERIÇÃO OBJETIVA DE CRITÉRIOS ATINENTES À HABILITAÇÃO DAS LICITANTES, a fim de resguardar a Administração de contratações mal sucedidas.

37. Desta forma, o instrumento convocatório no qual são estabelecidas as exigências de habilitação dos Licitantes, devem ser observados tanto pelos Licitantes quanto pela Administração. Neste sentido aduz José Carvalho dos Santos Filho:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. SE A REGRA FIXADA NÃO É RESPEITADA, O PROCEDIMENTO SE TORNA INVÁLIDO E SUSCETÍVEL DE CORREÇÃO PELA VIA ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL. (In Manual de Direito Administrativo, p.250)

38. De igual forma, Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que o “[...] princípio da vinculação ao instrumento convocatório é essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento”. Referido princípio, além de mencionado no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no art. 41 do mesmo diploma legal, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (In Direito Administrativo, p. 386)

39. O Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório dirige-se tanto à Administração, como já verificado pelos artigos supramencionados, como aos licitantes, posto que estes NÃO PODEM DEIXAR DE ATENDER AOS REQUISITOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Nessa mesma toada, ainda segundo a administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro “se os licitantes classificados deixarem de apresentar a documentação exigida ou apresentá-las em desacordo com exigido no edital, estas imperiosamente deverão ser inabilitadas e desclassificadas, nos termos do art. 43, inc. II c/c art. 48, inc. I, todos da Lei Federal nº. 8.666/93”. (In Direito Administrativo, p. 386-387.)

40. Deste modo, quando a Administração estabelece, no edital, as condições para participar da licitação, os interessados devem apresentar suas propostas com base nas exigências formuladas no instrumento convocatório.

41. Assim, acaso aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, POIS AQUELE QUE SE SUBMETEU AOS TERMOS DO EDITAL PODERÁ SER PREJUDICADO PELA MELHOR PROPOSTA APRESENTADA POR OUTRO LICITANTE QUE OS DESRESPEITOU.

42. Tal situação implica violação de diversos princípios basilares do procedimento licitatório, como o da legalidade, o da igualdade entre os licitantes, o da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo com base nos critérios fixados no edital.

43. Bem por isso, agir em contrário importa em agir discricionário da Administração, elemento não permitido ao Administrador Público quando ultrapassada fase de confecção do instrumento convocatório, pois o edital é norma cogente e vinculatória do agir da Administração licitante.

44. Isso quer dizer que todos os atos praticados em contraste ao edital SÃO NULOS, afinal, a regra editalícia deve ser preservada em absoluto, conforme os princípios do julgamento objetivo, da moralidade e da igualdade entre licitantes (art. 41 e 45 da Lei nº. 8.666/93):

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 45. O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ OBJETIVO, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, OS CRITÉRIOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS NO ATO CONVOCATÓRIO E DE ACORDO COM OS FATORES EXCLUSIVAMENTE NELE REFERIDOS, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. (grifos nossos)

45. Aliás, ensina a doutrina neste mesmo sentido de forma bastante objetiva:

2) A exaustão da discricionariedade

Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases os critérios de julgamento. TODOS OS CRITÉRIOS E TODAS AS EXIGÊNCIAS DEVERÃO CONSTAR, DE MODO EXPRESSO E EXAUSTIVO, NO CORPO DO EDITAL.

Jurisprudência do STJ: “Em resumo: O PODER DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESGOTA-SE COM A ELABORAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se ‘estritamente’ a ele” (REsp nº 421.946/DF, 1ª T., rel. Min. Francisco Falcão, j. em 07/02/2006. DJ de 06.03.2006, p. 163) (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14.ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 570.) (grifos nossos)

46. Desta forma, deve a Administração observar as regras por ela estabelecidas, sendo a inabilitação da recorrente medida que se impõe, a fim de resguardar a lisura do presente procedimento licitatório, conforme denota-se das decisões abaixo colacionadas:

“AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL (AGRAVO INTERNO). JULGAMENTO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. ART. 557, CAPUT, DO CPC. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL. CABIMENTO. AUSÊNCIA DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. SEGURANÇA DENEGADA.

Manifesta a possibilidade de julgamento monocrático no caso concreto, por se tratar de recurso em confronto com a jurisprudência dominante perante esta Egrégia Corte. 2. Hipótese em que a empresa impetrante não demonstrou o

atendimento integral dos requisitos previstos pelo edital licitatório, mormente com relação à Licença de Operação. 3. O EDITAL TEM FORÇA VINCULANTE A TODOS OS LICITANTES, NÃO SENDO FACULTADO À ADMINISTRAÇÃO USAR DE DISCRICIONARIEDADE PARA DESCONSIDERAR DETERMINADA EXIGÊNCIA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. 4. Descumprimento das cláusulas que implica a inabilitação da empresa licitante, nos termos dispostos pelo artigo 37, XXI, da Constituição Federal e da Lei nº 8.666/93. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO EM APELAÇÃO (AGRAVO INTERNO). UNÂNIME. (Agravos Nº 70068402759, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 16/03/2016).

47. Vejamos a jurisprudência:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. SISTEMA COOPERATIVO. EXISTÊNCIA DE FRAUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. CONFIGURAÇÃO. O Tribunal Regional, com fulcro na prova coligida aos autos, pronunciou-se pela configuração do vínculo empregatício entre a reclamante e a quarta reclamada, tomadora de serviços, uma vez que ficou comprovada a existência de fraude na atuação da cooperativa, mera fornecedora de mão de obra. Assim, encontrando-se descaracterizada a associação da reclamante à cooperativa e corroborada a existência dos requisitos configuradores da relação empregatícia com a tomadora de serviços, não há falar em violação dos artigos 2º, 3º, 9º e 442 da Consolidação das Leis do Trabalho. Salienta-se que, para se concluir diversamente, seria necessário o reexame do conjunto fático - probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 126 do TST. Agravo de instrumento desprovido. (TST - AIRR: 1806620135020038, Relator: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 30/11/2016, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 02/12/2016)

RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA POR MEIO DE COOPERATIVA DE TRABALHO. DESVIRTUAMENTO DO SISTEMA COOPERATIVO. FRAUDE À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. O reconhecimento, pela Instância ordinária, de arregimentação fraudulenta de mão de obra, por meio de cooperativa de trabalho, é circunstância fática suficiente para configurar a conduta culposa do ente público, tomador de serviços, o que impõe a responsabilização subsidiária da Administração Pública pelos créditos trabalhistas devidos pela prestadora dos serviços, nos termos da Súmula nº 331, V, do TST. Incide, ainda, o óbice da Súmula nº 126 deste Tribunal à revisão de fatos e provas nesta fase recursal. Recurso de revista de que não se conhece. (TST - RR: 11068004820075110005, Relator: Waldir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 27/05/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/05/2015)

48. No que tange ainda a vinculação ao edital esse princípio impõe que o edital é a lei interna da Licitação e, como tal, vincula aos seus termos, tanto aos licitantes, quanto a Administração que o expediu.

49. Na percepção de Diógenes Gasparini:

"Submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital".

50. Ainda nesse sentido Hely Lopes Meirelles:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse a documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. (in "Direito Administrativo Brasileiro", 26ª edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Dêlcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, Malheiros Editores, São Paulo, 2001, p. 259)".

51. INFERE-SE, PORTANTO, QUE A ARGUMENTAÇÃO DA RECORRENTE É FRÁGIL E VISA PROTETAR A CONCLUSÃO DO CERTAME.

52. A Lei 8.666/93 versa em seu artigo 3º que: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

53. A Constituição Federal, do mesmo modo, prevê em seu artigo 37, XXI – que "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)".

54. É incontestável que tanto para a Lei de Licitações como para a Constituição Federal, um dos pressupostos de validação dos procedimentos realizados no decorrer do processo é a preservação da isonomia entre os concorrentes, e com base no exposto, é que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório não pode ser relativizado a ponto de permitir não aplicação do que prevê o Edital, permitindo assim julgamento mais brando a um, em detrimento dos demais licitantes.

55. Em que pese o fato das alegações não construírem elementos que desabonem o ato que declarou a empresa Liderança vencedora, vem a Recorrida se manifestar rebatendo os fatos e fundamentos elencados em sede recursal, destacando-se de pronto que as razões recursais são inócuas e evasivas, não apresentando quaisquer elementos que desabonem a decisão do Ilustre Pregoeiro e da Equipe de Apoio, ou qualquer descumprimento ao ordenamento jurídico que de causa à alteração do resultado já anunciado.

56. Diante do exposto fica claro que o Senhor Pregoeiro cumpriu com as exigências estabelecidas em Edital e que não há qualquer ilegalidade no Instrumento Convocatório ou na legislação que requeira da Administração Pública a desclassificação da Recorrida.

IV - REQUERIMENTOS

Nesses termos, requer-se:

- a) Sejam recebidas estas contrarrazões, sendo devidamente autuadas e processadas na forma da lei;
- a) Que sejam desconsiderados os argumentos da Recorrente, decidindo-se pela manutenção da decisão que declarou a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda legítima vencedora do presente certame.
- b) Que a Recorrida seja cientificada da decisão administrativa.

Termos em que,
pede deferimento.

Francisco Lopes de Aguiar Sabrina Faraco Batista
CPF: 940.930.758-91 OAB/SC 27.739

Priscila Thayse da Silva Thayse Matias Silvestre
OAB/SC 34.314 OAB/SC 41.490

Willian Lopes de Aguiar
CPF: 028.383.199-5

Fechar



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 09/04/2020

CONTRARRAZÕES EM RECURSO Nº 1/2020 - DILIC (11.01.11.04.03) - DILIC (11.01.11.04.03)
(Nº do Processo: 23005.002969/2018-16)

(Assinado digitalmente em 22/04/2020 11:48)

PAULO MARCELO CANAZZA DA SILVA

CHEFE DE DIVISAO

1876926

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufgd.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2020**, tipo: **CONTRARRAZÕES EM RECURSO**, data de emissão: **22/04/2020** e o código de verificação: **082f879815**